



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000672-54.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **ANTONIO CARLOS FERREIRA**
 Requerido: **RMC TRANSPORTES COLETIVOS LTDA e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

ANTONIO CARLOS FERREIRA move ação de conhecimento contra RMC TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, pedindo a condenação da ré ao pagamento de indenização pelos danos materiais (perda tota da motocicleta e despesas com o tratamento), morais (sofrimento decorrente do evento lesivo e suas consequências) e estéticos (perda de 15cm de uma das pernas), decorrentes de acidente ocorrido em 22/11/2013, envolvendo o autor, em sua motocicleta, e ônibus de transporte municipal de passageiros, cujo serviço é prestado pela ré.

A tutela antecipada foi indeferida (fls. 41/45).

A ré ofereceu denúncia à lide contra a seguradora, e, no mérito, alegou culpa exclusiva do autor, assim como a inocorrência dos danos materiais, morais e estéticos alegados (fls. 51/59).

O autor ofertou réplica (fls. 84/89).

A denúncia da lide foi acolhida (fls. 106/107) e a denunciada, NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A (fls. 114/139), sustentando que somente responde pelos riscos e danos cobertos contratualmente, salientando que o contrato de seguro não cobre danos estéticos, pedindo ainda que o valor da indenização paga ao autor por conta do seguro DPVAT deve ser deduzida.

O processo foi saneado (fls. 136).

Ouviram-se duas testemunhas (fls. 346/347, 348).

As partes apresentaram memoriais (fls. 352/355, 364/365, 366).

É o relatório. Decido.

A inicial foi instruída com documentos, entre os quais o BOPM (fls. 28/31), com o relato do motorista do ônibus, afirmando que o autor não respeitou o sinal vermelho, e de um passageiro, afirmando o mesmo; assim também o BO, referindo-se apenas à versão do motorista do ônibus BO (fls. 32/34).

O autor, porém, sustenta o contrário, isto é, que o motorista do ônibus é que avançou em sinal vermelho, atingindo a motocicleta.

Todavia, como a culpa por ele afirmada corresponde ao fato constitutivo de seu direito, cabia-lhe a produção de prova a propósito, nos termos do art. 333, I do CPC.

Não o fez, com as vênias a entendimento contrário.

Ouviram-se duas testemunhas em juízo.

Uma delas, não presencial (fls. 346/347), chegou ao local posteriormente; afirma que ouviu o motorista do ônibus confessar aos policiais que foi ele, motorista, que avançou no sinal vermelho, por equívoco.

Todavia, em sentido contrário a essa alegação está a própria anotação feita pelos policiais no BOPM, já referida anteriormente, assim como o outro depoimento, de passageiro do ônibus (fls. 348), que ouviu o motorista afirmar a imprudência do autor, não sua.

Frise-se que esse passageiro, embora estivesse presente no local dos fatos, não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

prestou atenção à questão do sinal.

Tal panorama probatório não permite afirmar a culpa do motorista da moto, nem a culpa do motorista do ônibus. A efetiva dinâmica do acidente não foi esclarecida. O mais, é conjecturar sem respaldo na prova, o que não se admite.

Ante a dúvida existente no espírito do julgador, resta a solução da lide com base nas regras de distribuição do *onus probandi*, rejeitando-se os pedidos.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação e condeno o autor nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 1.000,00, observada a AJG.

P..R.I.

São Carlos, 26 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**